

*De ti se acercarão os mentirosos, e te adularão,
Cuidando que a verdade que transparece meridiana
de ti não os desnudem.*

*E tu te conservarás reto e justo, recusarás a lisonja,
Mas não os repudiarás.*

A Saga do Justo — Trecho em Continuação — A Conspiração dos Medibores, parte final —
Vedada a utilização e o armazenamento para qualquer fim ou por qualquer meio.

©Onair Nunes da Silva

Todos os direitos reservados.



R

ONAIR NUNES

Receptação é crime capitulado no Artigo 180 e seus parágrafos do Código Penal, com a redação dada pela Lei N° 9.426, de 1996, c/c o parágrafo segundo do Artigo 155, introduzido pelo dispositivo retro, quando se trate de receptação dolosa, observados os agravantes e considerado o concurso delinqüencial como tal caracterizado.

A Sra. Rousseff nada tem a explicar; uma ex-Presidente no pleno gozo dos seus direitos políticos, mesmo assim deposta, é um dos grandes enigmas da História política brasileira. Enigma, para ser respeitoso, deveríamos dizer, talvez, haver sido o maior escândalo da nossa história republicana. Antes de reeleita, já estava marcada para sair, encurtando-se o seu Mandato. Por que escândalo? Explica-se: A Sra. Rousseff não foi cassada, foi deposta; se conservou integralmente os direitos políticos, não deveria, por óbvio, haver saído da Presidência. E não há falar-se em um grande acordo, posto, admiti-lo, seria reconhecer como válida a prática de acusar pesadamente, e prender, para, colocando-se um paredão às costas e outro à frente do premiado, não lhe deixar alternativa que não um acordo sobre cujos termos não lhe reste poder de negociação, algo que avilta de modo grosseiro o Estado Democrático de Direito, a República e os valores republicanos.

Enquanto isso, os caciques não tomam conhecimento 'oficial' de composição de chapas, negociações e acordos; não foram convidados para o jantar, se fossem tudo estaria bem para eles. A lógica da esdrúxula situação: Não é o Brasil que importa, mas os estreitos horizontes aquém dos quais se discute uma chapa presidencial de cujas tratativas o Partido está excluído. O quê, de fato, significa isso? O ex-Presidente, se bem sucedido em suas negociações, imporá uma chapa com o concurso do Senhor que defendeu veementemente a deposição da Presidenta eleita pelo Partido, porque não houve impeachment nos melhores termos constitucionais, senão que uma deposição pura e simples? E uma chapa por todos os modos inconsistente, um sacrilégio de monta, quem sabe por acaso não limpará o caminho do candidato do Partido na eleição estadual, com o detalhe nada desprezível de que teria sido o próprio candidato quem aproximou o ex-Presidente e o Senhor que defendeu veementemente a deposição da Sra. Presidenta eleita pelo Partido.

Realmente, tudo indica que o próximo 2022 será um ano de esquisitices para todos os gostos. Temos uma agremiação partidária elitista compondo-se com os *patinhos feios* das escandalosas desigualdades da Sociedade brasileira, os trabalhadores, habitualmente desancados e ignorados, no passo em que o elitismo acordante até agora não se manifestou relativamente à formação de uma chapa presidencial, sabido de terra e de fora que as duas partes falam *línguas* partidárias rigorosamente distintas. Desde quando as elites brasileiras, instrumentadas, se associam e comungam com pobres? Não é o blog a querer assim, é a nossa realidade histórica.

Anotem, isso não vai dar certo.

Queira ver a seguir o Artigo publicado em 25 de Outubro de 2018, 'Pare Para Pensar. Ainda Dá Tempo'. Reflita sobre ele neste fim de ano, analise, compare. É mais uma vez se sugere, reflita profunda e amplamente sobre o que temos à frente, está tudo errado, aparentemente há quem imagine resolver os nossos imensos problemas estruturais fazendo a política das anacrônicas raposas felpudas que nos enfiaram no buraco em que nos encontramos. O Brasil vai afundar mais um pouco, e quanto lhe custarão e à sua gente os absurdos a se desenharem?

Para ler o Artigo aumente adequadamente o zoom de sua máquina.



PARE PARA PENSAR. AINDA DÁ TEMPO

O resultado de abrangente pesquisa do Datafolha divulgado na última sexta-feira deu conta do maciço repúdio dos entrevistados à ditadura e ao fechamento do Congresso. Apenas a minoria de 23% (vinte e três por cento) recepcionou um governo autoritário com supremacia do poder executivo, constituindo também "expressiva minoria" aqueles favoráveis ao encerramento da atividade dos Congressistas. Ocorre que essas minorias barulhentas e passeateiras, presas de irrefreável vocação para o bridão, querem porque querem um pequeno grupo de pessoas decidindo tudo a dizer respeito ao país e sua população na forma de distorcida visão de conjunto, seja, o mando total sem qualquer controle institucional, pondo e dispoendo à custa do dinheiro do contribuinte sem maior obrigação de prestar contas ou sujeição a qualquer tipo de controle. É bom lembrar que foram os passeateiros radicais que colocaram no Planalto a Administração por encerrar-se, de triste memória e lamentável existência, não sem antes tentar permanecer na praça e seu mais ingenuidade membro, apostando na ingenuidade do cidadão-eleitor. Usa-se o termo ingenuidade, mas a palavra certa é outra.

A vocação do bridão é característica do servo, à cuja referência o blog encerrou o artigo da última quarta/quinta-feira. Não é servo quem honra e ouve os seus anciãos e partilha com os iguais suas lutas pela existência independente do seu país, e, por decorrência, de si próprio; não é servo aquele que luta com dignidade a batalha do voto por sua gente e pela revogação de monstruosidades perpetradas contra ela, disposto a levar sua luta até a undécima hora, sem esmorecimento, até cair no vazio o último raio da esperança que move o batalhador preparado e com currículo para a nobre função de governar, liderar um povo, sem massacres, sem necessidade de assassinar aos milhares e sem pretender para o Brasil um banho de sangue (quem estava assistindo o Fantástico deste último domingo às onze horas da noite, uns minutinhos a mais, sabe o porque e exatamente do que estou falando). Que bem reflitam os brasileiros sobre o seu voto.

Temamos a frente um caminho que se bifurca. Um deles é violento, cheio de armadilhas em seus silêncios ameaçadores e corrosivos que não se querem desfazer em debates, silêncios para poucos, grave risco para a imensa maioria de brasileiros; o outro, além de preencher a vereda presidencial com preparo e currículo, subordina-se à ordem constitucional, é controlável, de postulação saudável e civilizada, nunca fugiu a debates e nunca promoveu ou proferiu ameaças.

O Brasil precisa aprovar pelo voto no concurso público destas eleições um presidente enquadrado na disciplina do consentimento, expressão do Estado Democrático de Direito regido pela Constituição Federal a partir do seu Artigo Primeiro; e o ato fundamental desse governo concursado emerso das urnas, tão logo diplomado e empossado, deve ser a extinção do Ministério da Segurança, exerescência na República Federativa que somos.

Cabe aos Estados Federados, organizados e regidos por suas Constituições e leis, a área, prover dos seus cidadãos; o governo federal pode fornecer consultoria para a área, prover dos seus cidadãos; e mesmo fiscalizar sua aplicação, mas não interferir. Fazê-lo equivale a abrir uma brecha perigosa. Um Ministério da Segurança é o primeiro passo para a ingerência em assuntos estaduais e embrião de um Ministério do Interior, órgão fundamentalmente caro aos regimes autoritários do interior, que, por seu intermédio, não tem a vida e de um país e seus cidadãos ao arbítrio dos seus próprios princípios, regras e métodos não exatamente democráticos. Toma-se por exemplo a Polícia Federal; subordinada ao Ministério da Justiça por comando constitucional, pode acabar nesse Ministério que desequilibra a harmonia democrática do nosso sistema e transformada em uma polícia política a serviço da segurança de um Estado forte ou autoritário, muito longe dos fins para os quais foi criada e que tantos bons serviços tem prestado ao país e seus cidadãos. Não é descabida a sensação de que o observado hoje entre nós não está acontecendo por acaso; é o desdobraimento natural de um processo que assumiu caráter agressivo e de urgência em 2014 para colocar o país sob pressão e sob vara, subserviente.

Precisamos mais do que nunca de um governo federal que possa ser controlado e fiscalizado, que se submeta às regras em vigor e respeite incondicionalmente os direitos e garantias fundamentais, num primeiro momento, e, num segundo estrato, zelo pelo pacto federativo a teor das regras constitucionais de absoluta submissão ao Estado de Direito.

Repense-se a nossa situação atual. Teme-se que a exacerbação da violência e o agravamento da penúria fiscal não estão aí por estar, salvo melhor e necessariamente bem fundamentado juízo. Esse é quadro clássico, ensina a História, protótipo do ditador, que começa por reclamar mais poder para habilitar-se à solução dos problemas que os seus seguidores querem ver resolvidos; quando suficientemente forte, passa a criar e aplicar suas próprias regras. Incontrolável e incontrolado, investe-se do poder total. A maioria de nós não aprecia o cabresto, mas há quem se iluda; o bridão não é acessório para seres humanos normais, que cultuam e cultivam a liberdade nos limites da lei constitucionalmente promulgada e apenas querem viver sob as regras abençoadas pela democracia. Para os delinquentes, o Poder Judiciário, o Ministério Público e as Polícias.

Há uma regra pétrea de gerência que não pode ser negligenciada: Nunca dê espaço a colaboradores ou servidores que você não tenha força para afastar ou demitir se suas atitudes e atos se tornarem incompatíveis com as funções que venham a exercer. Um Presidente da República, embora tenha alguns privilégios, é, em última análise, um servidor público. Pense bem nisso. É consequente imaginar que o resultado destas eleições, pelo histórico de falas, atitudes e temperamento pode provocar sérios conflitos na vida do país. Será que poderemos seguir agindo e protestando como agimos e protestamos hoje? Vale a pena o risco? É mais fácil lidar com quem está embriagado de bebida alcoólica do que com quem está embriagado de poder. O embriagado de bebida alcoólica você pode curar ou colocar para dormir, o embriagado de poder o liquidará antes de você dar o primeiro passo para refreá-lo. Pare para pensar, ainda dá tempo.

